

INTERAÇÃO PRESIDENCIAL INADEQUADA E BANALIZAÇÃO DA MORTE

RICARDO UHRY*

Universidade Tuiuti do Paraná (UTP), Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Linguagens (PPGCom), Curitiba, PR, Brasil.

Recebido em: 15 dez. 2023. Aprovado em: 4 abr. 2024.

Como citar este artigo: UHRY, R. Interação presidencial inadequada e banalização da morte. *Cadernos de Pós-Graduação em Letras*, v. 24, n. 1, p. 33-52, jan./abr. 2024. DOI 10.5935/cadernosletras.v24n1p33-52

Resumo

A Covid-19 até agora matou mais de 708 mil pessoas e infectou mais de 38 milhões de brasileiros, o que leva a examinar e refletir sobre o processo de interação presidencial do ex-presidente Jair Bolsonaro com os cidadãos brasileiros. Os achados iniciais indicam aspectos complexos: salienta-se a incapacidade para assumir interação adequada, evidenciando-se uma comunicação contraditória que sugere incapacidade de fazer frente à pandemia e, ao mesmo tempo, um paradoxal descaso que pode ter contribuído para a banalização da morte.

* E-mail: ricardouhry@yahoo.com.br
 <https://orcid.org/0000-0001-6296-7258>

Palavras-chave

Semiótica. Ex-presidente. Morte.

INTRODUÇÃO

Os dados atuais do Ministério da Saúde (infoms.saude.gov.br) indicam mais de 24 mil novos casos de Covid-19 notificados na semana de 1º a 9 de dezembro de 2023, sugerindo que a pandemia persiste, com menor incidência, e as medidas atuais com vacinações – como a Moderna – parecem adequadas. As mortes por Covid-19 no Brasil somam mais de 708 mil, apenas 216 recentes, e 38.106 mil casos confirmados. Casos confirmados são 18.133 (por 100 mil) e óbitos 336 (por 100 mil), com letalidade de 1,9% (covid.saude.gov.br).

As razões para tantas mortes parecem estar nas ações iniciais e decorrem da comunicação presidencial inadequada até 2022, com um discurso político negacionista no início da pandemia, a falta de articulação entre os governos federal, estaduais e locais, em suma, uma combinação de “condições biológicas, negligência política e demora para agir” (Castanho; Balago, 2020). Assim, o foco do artigo está na comunicação presidencial inadequada com relação às medidas iniciais de enfrentamento da pandemia.

O processo de interação comunicativa de quem ocupou a Presidência da República no Brasil até 2022 está documentado jornalisticamente e disponível *on-line* na *web*, o que permite uma análise discursiva de como o político se comportou diante de uma ameaça virótica global que causou tantas mortes, e isso pode ser correlacionado com a sua postura inadequada perante a pandemia. As questões que norteiam este estudo de caso são:

- Como foi a interação discursiva do ex-presidente com os cidadãos brasileiros?
- Foi adequado enfrentar a pandemia com política negacionista?
- Tal discurso político teria contribuído para a banalização da morte?

Assim se busca abordar a interação comunicativa do ex-presidente, refletir sobre sua contribuição para enfrentar desafios globais como o vírus e tecer considerações finais.

METODOLOGIA

A abordagem metodológica deste estudo de caso único (Yin, 2001) foca o processo de interação comunicativa do político que esteve ocupando a Presidência brasileira até 2022, para o que se utilizam – como fontes de evidências e de indícios de sua interação – documentação jornalística *on-line*, disponível na *web*, e técnicas de pesquisa indiciária (Braga, 2008; Ginzburg, 2007) e de análise do discurso (Van Dijk, 2009, 2020; Fairclough, 2001; Greimas; Landowski, 1986).

INTERAÇÃO PRESIDENCIAL

O advento da pandemia do coronavírus Sars-Cov-2 (Covid-19) pode ser considerado um acontecimento inesperado, relacionado ao “sobrevir”, que apareceu na China no final de 2019 e se espalhou pelo mundo todo, um “acontecimento que não poderia seriamente ser visado, ou seja, antecipado”, algo que ocorreu e “não pode ser apreendido senão como algo afetante, perturbador, que suspende momentaneamente o curso do tempo”, no dizer de Zilberberg (2011, p. 169).

Diante desse acontecimento (Covid-19), faz-se uma análise da interação presidencial com a pandemia, desde 6 de fevereiro de 2020, quando o Brasil (2020) tornou públicas “as medidas para enfrentamento” do coronavírus, estabelecidas pela Lei nº 13.979, que foram aprovadas pelo Poder Legislativo e sancionadas pelo ex-presidente da República Jair Messias Bolsonaro e por seu, na época, ministro da Saúde Luiz Henrique Mandetta, os quais assumiram papéis actanciais de “actantes-sujeitos” dotados de modalidades “querer-fazer, saber-fazer e poder-fazer”, de acordo com a semiótica de Greimas e Courtés (1983, p. 11-12). Na perspectiva da semiótica tensiva (Zilberberg, 2011, p. 174), a lei pode ser considerada uma “ação” relacionada ao “pervir”, com andamento “lento, afirmação da progressividade”, temporalidade “prospectiva” e que era esperada.

Apresentados o acontecimento Covid-19 e a ação inicial do Estado brasileiro, vamos nos ocupar da comunicação presidencial. A primeira indagação é que tipo de comunicação predomina no enfrentamento da pandemia. O Brasil tem uma estrutura comunicacional que envolve leis e outros instrumentos que disciplinam o funcionamento do Estado brasileiro por meio de normas que visam à

não sobreposição dos direitos individuais e coletivos, entre os quais se encontra a comunicação oficial, que engloba as informações públicas, como a que parte do Legislativo e é sancionada pelo Executivo, o que envolve “questões ligadas à comunicação entre Estado, governo e sociedade” (Matos, 1999); trata-se do fluxo comunicacional entre o Estado e o cidadão para a vivência democrática. A comunicação oficial deveria estar contida na comunicação pública, que, no entanto, na visão de Matos (2007, p. 56-57), “tem sido subestimada no Brasil”, reduzida “a aspectos secundários”, pois deveria considerar “todos os agentes sociais, conferindo a cada um peso específico. Jornalista, legislador, cidadão”. Nesse sentido, trata-se de uma “ação coletiva sobre questões de interesse público, cujo objeto é a tomada de decisões consensuais para benefício mútuo” e que “tende a promover um ambiente de confiança e cooperação entre os agentes”.

A “cooperação” não é o que se verifica, pois se evidencia uma postura centralizadora do ex-presidente: “[em] algumas pessoas do meu governo, algo subiu à cabeça deles. Estão se achando demais. Eram pessoas normais, mas, de repente, viraram estrelas, falam pelos cotovelos, têm provocações” (Uribe; Carvalho, 2020), referindo-se ao ex-ministro da Saúde. Há uma espécie de “lei do silêncio”, que tolhe inclusive auxiliares, como seu porta-voz, que foi demitido. O ex-presidente não aceita declarações que contrariam suas posições públicas: “Quem manda sou eu, vou deixar bem claro. Eu dou liberdade para os ministros todos, mas quem manda sou eu” (Uribe; Carvalho, 2020).

Duarte (2007, p. 59) também defende que, para ser considerada “comunicação pública”, exigem-se os seguintes aspectos: 1. compromisso em privilegiar o interesse público em relação ao interesse individual e coletivo; 2. centralizar o processo no cidadão; 3. ser mais do que um processo informativo; 4. adaptar às necessidades dos públicos; 5. assumir a complexidade, tratando como um todo uno.

O que sugere que o ex-presidente não só centraliza o processo comunicativo, mas também parece demonstrar descaso com as mortes pela pandemia. A propósito, Bombig (2020, p. A4) registra “mais um exemplo do descaso com a Covid-19” ao informar que o Ministério da Saúde “estuda a possibilidade de realizar um dia de conscientização sobre os cuidados com a doença”. No entanto, o evento “foi postergado e não tem data para ocorrer. É só mais um exemplo, simbólico, da desimportância que Jair Bolsonaro conferiu à pandemia” (Bombig, 2020, p. A4).

De tal forma as medidas de enfrentamento previstas na lei não podem ser caracterizadas como comunicação pública, mas relacionadas como “comunicação oficial”, que seria a comunicação oficial pública do Estado brasileiro por meio da qual se estabelece, em leis, o “poder-fazer” dos actantes-sujeitos, o que será relacionado com a comunicação interativa do ex-presidente da República.

Diante desse contexto, para este estudo, consideramos, por um lado, a comunicação oficial, que é como definimos a comunicação do Estado, que engloba as ações conjuntas do Legislativo e do Executivo que criaram a lei, e, por outro, a comunicação interativa de um cidadão que está desempenhando na ocasião a função de presidente da República e que se manifesta falando, dando entrevistas, fazendo *lives* na internet, participando de videoconferências etc., sendo suas interlocuções divulgadas pelos meios de comunicação. Assim delimita-se a análise e exclui-se a comunicação pública da Secretaria de Comunicação Social (Secom) e do Ministério da Saúde e dos demais órgãos do Executivo, devido principalmente à tendência centralizadora do ex-presidente.

O pressuposto que se assume é que a interação presidencial é um instrumento perante a pandemia e que a comunicação oficial estabelece o marco legal. Definimos interação como a comunicação de pelo menos duas pessoas, na qual se pressupõem convívio, diálogo, trato e contato constante, mas também envolve discórdia, confronto de percepções e contingências. É a interação atividade compartilhada, em que existem trocas e influências recíprocas, um conjunto de relações entre indivíduos, grupos ou mesmo entre grupos (Uhry, 2010).

No processo de interação presidencial de Bolsonaro com os brasileiros, destacou-se à época seu costume diário de sair da residência oficial, o Palácio da Alvorada, e encontrar-se com cidadãos no “cercadinho”, local no qual interagiam, o que foi registrado jornalisticamente e tornado público. Além disso, o ex-presidente também costumava fazer visitas às cercanias de Brasília e cidades-satélites, apesar de tais práticas estarem em desacordo com o isolamento social estabelecido na Lei nº 13.979, sancionada pelo próprio ex-presidente Bolsonaro, e serem defendidas pelo – na ocasião – ministro da Saúde Luiz Henrique Mandetta.

Do que se evidencia que, apesar de ter sancionado a lei, o ex-presidente brasileiro assumiu uma postura de negação da pandemia: “está superdimensionado o poder destruidor desse vírus” (9 março); “é muito mais fantasia” (10 março); 20 de março, 11 mortos por Covid-19, o ex-presidente declarou que é: “uma gripezinha” (Uribe; Chaib; Coletta, 2020), como se não acreditasse que o vírus fosse uma realidade e pudesse matar. O que evidencia postura política

inadequada diante do acontecimento, por não discursivamente conseguir enfrentar que existia uma guerra virótica no Brasil. Em 26 de março, com 77 mortos, declarou: “brasileiro não pega nada” de vírus (Carvalho, 2020, p. A6).

A atitude contrária de Bolsonaro às medidas de isolamento social implicou mais do que a negação do perigo do vírus: “vírus é igual a chuva. Você vai se molhar, mas não vai morrer” e, no dia seguinte, quando havia 299 mortos, ironizou: “Tá com medinho de pegar vírus?”. Em 12 de abril, havia 1.223 mortos e 22.169 infectados: “o vírus está começando a ir embora”; 20 de abril (2.575 mortos): “eu não sou coveiro” (Carvalho, 2020, p. A6).

O ex-presidente Bolsonaro provocou aglomeração para fazer foto, abraçou pessoas, inclusive um idoso, colocou a mão no ombro delas, entre outras práticas que contrariam as regras recomendáveis de distanciamento social: “Estão destruindo o emprego no Brasil de forma irresponsável, até porque a curva (do vírus) não tem achatado”. Bolsonaro retirava a máscara a todo momento para conversar com os simpatizantes: “Esse vírus vai pegar mesmo, não tem como fugir” (Fernandes, 2020a).

Podemos dizer que a interação reflete uma “competência de comunicação”, conceito que Greimas e Courtés (1983, p. 63) assim definiram:

Conhecimento implícito ou explícito das regras psicológicas, culturais e sociais, pressupostas pela comunicação, não é mais do que a confrontação – contratual ou polêmica – de dois sujeitos competentes: sua competência desigual, positiva ou negativa, é, por um lado, modal (dando lugar a operações de manipulação), e, por outro lado, semântica (explicando a comunicação recíproca do saber e de seus mal-entendidos e ambiguidades).

As “regras psicológicas, culturais e sociais” pressupostas na comunicação são identificáveis: a interação presidencial pode assim ser analisada sob a ótica das “competências de comunicação interativa” (Uhry, 2010, p. 88-90), em que se propõem aspectos para avaliar a capacidade de interação, que podem permitir refletir sobre como é a comunicação:

- O ex-presidente cria condições para fazer críticas úteis e de forma positiva?
- Será que é útil e lógico criticar as medidas de isolamento social, tendo sido sancionadas pelo próprio ex-presidente?
- E as críticas que o ex-presidente faz podem ser consideradas fundamentadas em quê?

A interação presidencial tem força pela repercussão de seu discurso político e serve como exemplo de forma que deveria manter coerência com as melhores práticas no contexto pandêmico internacional. Quanto à sugestão para avaliar a capacidade de interação do ex-presidente:

- Percebe-se o ex-presidente bem informado sobre o mundo e os saberes?
- E o que está demonstrando a interação presidencial?
- Há coerência com as “medidas de enfrentamento” que ele mesmo sancionou?

A interação pode ser considerada uma sequência de trocas comunicativas no sentido de expor seu ponto de vista, justificar-se, retrair-se e mesmo hostilizar entre o político e os cidadãos: a alguns seguidores quer agradar, no entanto hostiliza e deprecia os demais. É possível propor para avaliação da capacidade de interação do ex-presidente: “Consegue lidar com conflito e hostilidade, é aberto à crítica, não adotando postura defensiva?”.

Que dizer da interação entre Bolsonaro e o – na ocasião – ministro da Saúde Luiz Henrique Mandetta, quando este reafirma e defende as medidas de enfrentamento e aquele as critica e publicamente as descumpre? No caso em estudo, a pandemia traz desafios para uma interação presidencial que aparentemente faz a defesa da economia, em detrimento de cidadãos que poderão morrer se não houver o cumprimento das “medidas de enfrentamento da emergência em saúde pública” (Brasil, 2020).

Quando o ex-presidente ouve algo que lhe desagrade, relacionado à pandemia ou aos mortos, por exemplo, terceiriza a culpa dizendo que a responsabilidade é dos governadores, dos prefeitos, do Ministério da Saúde. Contrariado com cobranças, chegou mesmo a ameaçar de não ir mais ao “cercadinho” para conversar com o povo. Sob tal aspecto, é possível acrescentar na avaliação da capacidade de interação do ex-presidente:

- Como age ao ser confrontado com opiniões divergentes?
- Consegue negociar e apelar para mediação, quando necessário?
- É capaz de discutir pontos de vista e fazer parcerias?

A propósito, Fiorin (2019, p. 381) fez uma análise do discurso de Bolsonaro, em que destacou:

Esse discurso maximiza os extremos, eliminando a moderação na política, pois a vê como conflito, preferindo os confrontos, priorizando uma lógica de guerra permanente no país, fechando o espaço para consensos, negando-se a resolver as diferenças pela discussão e a negociação.

No caso em análise, com relação à pandemia, não havia negociação, mas confronto: evidencia-se uma postura contraditória em que há as “medidas de enfrentamento da emergência em saúde pública” (Brasil, 2020), com base nas quais o Ministério da Saúde recomenda isolamento social e uso de máscaras de proteção em relação ao vírus, mas o ex-presidente, na sua interação, desconsidera e hostiliza (apesar de a ter sancionado!), interagindo contra o isolamento social recomendado e desprezando o uso de máscaras.

Trata-se de uma atuação interativa e conflitiva paradoxal com o seu auxiliar ministro. Evidencia-se uma divergência entre os “actantes-sujeitos” dotados de modalidades “querer-fazer, saber-fazer e poder-fazer”, uma vez que o actante ex-ministro da Saúde quer “fazer-fazer” valer o isolamento social e o actante ex-presidente quer impor “fazer não fazer”. Sem negociação, Bolsonaro demitiu o ministro da Saúde Luiz Henrique Mandetta, devido ao conflito quanto à necessidade de cumprimento das medidas de distanciamento social: “Bolsonaro foi negacionista desde os primeiros dias. A gente tentava trazê-lo de volta para a realidade. Mas ele se recusou. E se recusa até hoje a encarar a realidade, de que é falso o dilema entre economia e saúde” (Vargas, 2020).

E, no final de abril, quando havia 5.901 mortos, contrariando os especialistas, o ex-presidente Jair Bolsonaro afirmou que o isolamento social não teve impacto no achatamento da curva de infecção do novo coronavírus: “Até porque 70% da população vai ser infectada” (Fernandes, 2020b). O ex-presidente vinha descumprindo as recomendações de distanciamento social e passeava por regiões de comércio e promovia aglomerações. Embora a flexibilização do distanciamento social seja defendida enfaticamente pelo ex-presidente, o – na ocasião – ministro da Saúde Nelson Teich defendia que “a gente tem uma definição clara: o distanciamento permanece como a orientação” (Fernandes, 2020b).

No caso, evidencia-se uma interação que pode ser considerada autoritária, prepotente e inadequada, ao que se acresce que o ex-presidente, leigo na área de saúde, recomendava impositivamente o uso de cloroquina, o que é desaconselhado pelos médicos especialistas, pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e pelo órgão de controle de saúde norte-americano Food and

Drug Administration (FDA). O que gerou conflito que levou ao pedido de demissão de Nelson Teich, ministro da Saúde. Na avaliação da capacidade de interação do ex-presidente: “Evidencia tolerância na conversação, permitindo o retorno do outro e respeitando a contrapalavra (*feedback*)?”.

As medidas defendem os interesses coletivos de preservar a saúde da população, mas o actante ex-presidente, em sua interação, parece mais preocupado com interesses econômicos. Em 14 de maio, com 13.993 mortos, defende o fim das medidas de isolamento social: “Tem que abrir, vamos morrer de fome, a fome mata. É o apelo que faço aos governadores”, sugerindo terminar com o isolamento social (Carvalho, 2020, p. A6).

Trata-se de uma interação que sugere uma relação de contradição pelo fato de o ex-presidente sancionar medidas de enfrentamento da pandemia, que são uma ação perante o acontecimento (Covid-19) e, ao mesmo tempo, interagir de forma contrária à ação (lei), o que caracteriza uma “comunicação alternativa”, desencadeada a partir da interação do ex-presidente, que pode ser considerada uma forma modal de fazer com que o actante ministro da Saúde aceite “fazer não fazer” a Lei nº 13.979, que ambos subscreveram, o que afeta todos.

Com o que se cria tensão: se o actante ministro não aceita se submeter, o actante ex-presidente pode demiti-lo e nomear outro, e mais outro, até encontrar um que se submeta, o que acaba por transformar a ação (lei, que deveria ser uma prática) em um acontecimento para a população, pois se torna inesperado o que irá ocorrer (adoção ou não das medidas, o que poderá significar menos ou mais infectados/mortos), em lugar do que seria esperado (a adoção das medidas, o que pode contribuir com menos infectados/mortos), como se demonstra na Figura 1.

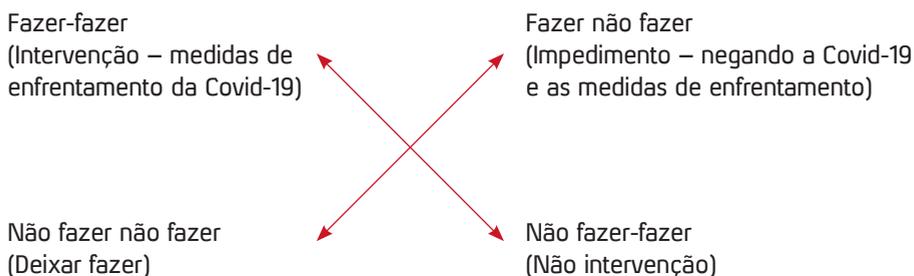


Figura 1 – Estruturas modais do tipo factitivo no quadrado semiótico

Fonte: Adaptada de Greimas e Courtés (1983, p. 269).

Na Figura 1, evidenciam-se as “estruturas modais do tipo factitivo”, uma “configuração discursiva” manipulativa “sustentada por uma estrutura contratual e, ao mesmo tempo, por uma estrutura modal” (Greimas; Courtés, 1983, p. 270), de forma que os actantes estão impelidos a uma “posição de falta de liberdade”, pois, diante da lei, sancionada sob a égide do “querer-fazer, saber-fazer e poder-fazer”, criou-se a “obrigação de aceitar o contrato proposto” que, no caso concreto, refere-se às “medidas de enfrentamento da Covid-19”.

Com relação ao que se sugere contrariedade entre fazer e não fazer, em que, para fazer frente à pandemia, o Estado adotou ação de intervenção (medidas de isolamento) que, em decorrência da interação presidencial, contrária à lei, transforma-a em um acontecimento imprevisível. É possível analisar a comunicação interativa do ex-presidente como estratégia discursiva sob a perspectiva semiótica, sendo possível destacar um cruzamento enunciativo que pode ser associado ao “quadrado semiótico” de Greimas e Courtés (1983, p. 364-368), em que “ao menos dois termos” se encontram em “distinção de oposição”.

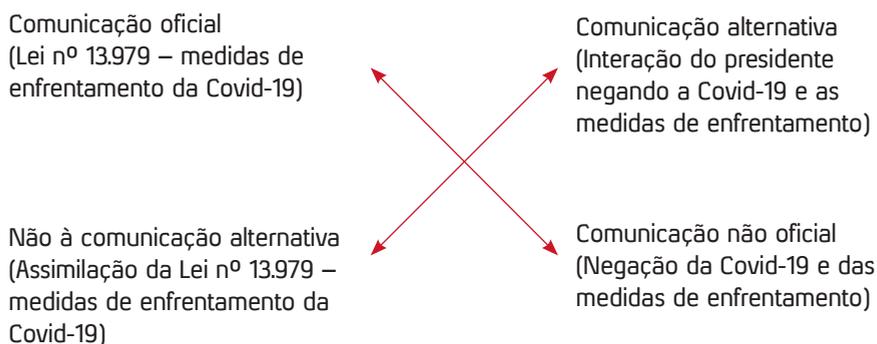


Figura 2 – Contrariedade entre comunicação oficial e interação presidencial

Fonte: Elaborada pelo autor.

Trata-se de uma clara contrariedade comunicativa, pois o ex-presidente oficialmente sancionou a Lei nº 13.979 (“asserção” comunicação oficial, “fazer-fazer”), uma ação que estabelece as medidas para enfrentar a pandemia e, em sua interação, coloca-se na postura negacionista (“negação” comunicação alternativa, “fazer não fazer”), o que pode induzir seus seguidores, simpaticizantes e mesmo demais cidadãos a “uma relação de complementaridade”, tornando possível que o negacionismo e o descumprimento das medidas, a

partir da interação presidencial, venham a “produzir essas duas implicações paralelas” (Greimas; Courtés, 1983, p. 365) inicialmente não previstas (acontecimentos inesperados) e que foram representadas na Figura 2:

- O cidadão não seguir as medidas sanitárias, por influência da “comunicação alternativa”, em decorrência da interação presidencial, o que pode contribuir para mais infectados/mortos, o que sugere eficácia de uma “comunicação não oficial” que nega a Covid-19 e as medidas de enfrentamento, por influência do caráter mítico e de movimentos identitários com o ex-presidente.
- O cidadão assimilar a “comunicação oficial” e cumprir as medidas de isolamento social perante a pandemia, o que implica um “não à comunicação alternativa”, desconsiderando a interação presidencial.

Refletindo: pelo fato de a interação envolver a possibilidade de discórdia de um ponto de vista de um actante (ex-presidente) com relação a outro actante (ministro da Saúde, por exemplo), quer dizer que uma pessoa pode discordar de si mesma? Como alguém sanciona uma lei com medidas das quais discorda? A “modalidade factitiva é uma estrutura modal hipotáxica que se constitui uma comunicação contratual” que pode ser associada a “configurações complexas de manipulação” (Greimas; Courtés, 1983, p. 177-178). Do que se evidencia a contrariedade entre a comunicação oficial e a alternativa, e se sugere que a manipulação presidencial, por meio da interação, contribui para transformar uma ação (lei) em um acontecimento inesperado.

Uma interpretação pessoal para o caso pode partir da conceptualização sociosemiótica de Landowski (2014), em que as elipses da Figura 3 “articulam lógicas” de possíveis “percursos de transformação” complexos:

- I) Lógica de aleatoriedade: Covid-19 é acontecimento que não pode ser compreendido senão como algo afetante, perturbador, que suspende momentaneamente o curso do tempo, relacionado com a lógica de aleatoriedade, regime de sentido “insensatez” e com o risco da morte.
- II) Duas lógicas de intencionalidade contraditórias: 1. O Estado desencadeia a ação Lei nº 13.979 das medidas de enfrentamento sanitário para limitar o risco das mortes, o que é fundado na “competência modal”, no regime de sentido “ter significação” e regime de risco “limitado”; 2. A interação

- presidencial – fundada na intencionalidade – “tenta manipular” o que está “estritamente programado” (Lei nº 13.979), ao se contrapor às medidas sanitárias e defender a economia, sem “recorrer a uma boa manobra” devido a erros: competência modal, significação e aumento do risco de morte.
- III) Lógica de regularidade: Seguem-se as operações de enfrentamento e defesa da vida, relacionadas à programação e à lógica da regularidade, ao regime de risco “segurança”.
- IV) Lógica de interação ajustamento: Desencadeia-se o ajustamento, a lógica de sensibilidade perceptiva e reativa diante do acontecimento, em que se procura “fazer sentido” e o regime de risco é a “insegurança”. Assim, pode-se considerar uma sequência entre as lógicas da aleatoriedade (descontinuidade), da intencionalidade (não descontinuidade), da regularidade (continuidade) e da sensibilidade (não continuidade), como se procura representar na Figura 3, inspirada livremente em Landowski (2014, p. 11-101).

I – Covid-19 – acontecimento que “não pode ser apreendido senão como algo afetante, perturbador, que suspende momentaneamente o curso do tempo”.
Risco: puro (morte). Sentido: insensatez.

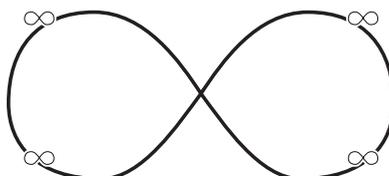
II – Ação – Lei nº 13.979. Sentido: ter significação. Risco: limitado.
versus
Discurso presidencial contra medidas e em defesa da economia.

Lógicas da aleatoriedade

Lógicas da intencionalidade

Lógicas da regularidade

Lógicas da sensibilidade



III – Operações – medidas para o enfrentamento do coronavírus: defesa da vida (OMS, Ministério da Saúde, estados, municípios).

IV – Ajustamento – sensibilidade perceptiva/reativa.
Sentido: fazer sentido. Risco: insegurança.

Figura 3 – Diagrama das elipses que articulam as lógicas

Fonte: Adaptada de Landowski (2014, p. 85).

Inspirada em Landowski (2014), essa interpretação é uma alternativa das estruturas modais do tipo factitivo no quadrado semiótico, relacionadas a continuidade e descontinuidade. Não há aprofundamento da análise das lógicas e dos regimes de interação (Landowski), pois o artigo está focado nas competências de interação presidencial (Uhry).

No caso em estudo, para o Ministério da Saúde seguiu-se a nomeação de um general da ativa, Eduardo Pazuello, um leigo e sem *expertise* na área de saúde, o qual, submisso e alinhado ao ex-presidente, subscreveu sua ordem de recomendação e compra do remédio cloroquina, e cumpriu ordens. Magalhães (2020, p. A6) relata que o Ministério da Saúde preparou “propaganda, pelos canais oficiais, do kit Covid, composto por medicamentos sem eficácia comprovada”, mas o Instituto Questão de Ciência reuniu cientistas e sete ex-ministros da Saúde com o propósito de esclarecer e “desmascarar o obscurantismo”. Voltando à avaliação da capacidade de interação do ex-presidente:

- Percebe-se o ex-presidente aberto a conhecer as ideias alheias, a receber sugestões e interagir?
- Reconhece questões que envolvem a complexidade da área de saúde?

Quanto às lógicas da interação presidencial, evidencia-se a tentativa de manipulação do que está programado (Lei nº 13.979): ao se contrapor às medidas sanitárias, comprar cloroquina e nomear um ministro da Saúde subserviente, o ex-presidente recorre à manobra de tentar passar de um regime de interação (manipulação, de não descontinuidade) para o de programação (continuidade), que é “um regime de interação inferior em termos de possibilidades de criação de sentido”, que põe em relação “actantes em grande medida habilitados para escolher seus percursos em função de motivações ou de razões ligadas a uma competência modal” (Landowski, 2014, p. 65). Mesmo com as mudanças promovidas na área da saúde, a lei (programação, continuidade) continua em vigor, orientando as práticas oficiais. Landowski (2014, p. 100) aponta o “risco relacional: gafe” contido na manobra referida, em que há uma aposta intersubjetiva de “perder o crédito e destruir a relação com o outro”.

Antes de o ex-presidente ser contaminado pelo vírus, entre os cidadãos que iam interagir com ele, na frente da residência oficial, no local denominado “cercadinho”, esperava-se que fossem seus seguidores e simpatizantes que, além de ouvirem suas palavras, poderiam tirar *selfies*. Na ocasião, eles poderiam querer ser ouvidos, o que não agradava muito ao ex-presidente, pois os cidadãos podem fazer questionamentos ou trazer uma indagação. E se abordarem a pandemia ou falarem no número de mortos, algo que não agrada ao ex-presidente, que não gosta de ser contrariado? A constatação permite incluir na avaliação da capacidade de interação do ex-presidente a questão: “Consegue estimular o outro a dialogar, buscando a convivência?”.

A situação foi ao limite de vetar informações sobre a situação da Covid-19 no Brasil. “Ao acumular dados, além de não indicar que a maior parcela já não está com a doença, não retratam o momento do país”, disse Bolsonaro, complementando que, com isso, “acabou matéria no *Jornal Nacional*” (Batista, 2020). Em resposta ao autoritarismo e à inadequação de postura, os principais jornais montaram um consórcio para ter acesso direto aos dados junto às secretarias de Saúde dos estados. Para avaliar a interação:

- Percebe-se o ex-presidente aberto aos acontecimentos?
- Como age quando as informações não agradam?

Os aspectos destacados da interação do ex-presidente podem ser relacionados com os números crescentes de mortes pela Covid-19 e sugerir como ele estava se saindo na administração da pandemia, ao incentivar implicitamente o descumprimento das “medidas de enfrentamento”. “Se a economia afundar, afunda o Brasil”, disse, salientando os efeitos econômicos das “medidas”, destacando os “empregos destruídos, informais sem renda, país à beira da recessão”, o “efeito colateral do combate ao vírus não poderia ser pior que o próprio vírus”; e que há “excesso de preocupação apenas com uma questão [saúde] e não podia despreocupar com a outra [economia]” (Carvalho, 2020, p. A6). A competência de interação comunicativa do ex-presidente a ser avaliada pode ser: “Consegue formular argumentações com proficiência?”.

Assim, ficam registradas: 1. as questões já mencionadas, que permitem uma avaliação da competência interativa presidencial perante a pandemia, formuladas a partir de Uhry (2010); 2. as figuras das estruturas modais do tipo factitivo no quadrado semiótico, relacionadas à continuidade e descontinuidade (Greimas; Courtés, 1983); 3. a figura e as referências às lógicas e aos regimes de interação (Landowski, 2014).

DA INADEQUAÇÃO À BANALIZAÇÃO DA MORTE

Assim, defrontamo-nos com uma sombra pairando sobre nós na forma de um vírus, o que nos fez sentir medo da morte que pode acontecer em parte em decorrência da inabilidade interacional do ex-presidente. A pandemia nos lembrou de nossa finitude, provocou o reexame de nossa vida e fez com que nos

defrontássemos com uma análise crítica da interação de um político eleito para enfrentar os desafios que a realidade global coloca e que demonstrou descaso em assumir seu papel perante o vírus com apoio dos “deuses” da ciência, algo que o ex-presidente desconsidera como se fosse desimportante, o que certamente contribuiu para a sua não reeleição.

Pode-se falar em inadequação comunicacional do político? Pode-se sugerir a inadequação do ex-presidente para enfrentar o desafio mortal? A interação do ex-presidente brasileiro pregando o fim do isolamento social e a reabertura do comércio, dos *shoppings* e de outros locais de aglomeração não estaria implicitamente contribuindo para a banalização da morte de seus cidadãos? Sintetizando, evidenciam-se as seguintes fases em sua interação:

- Negação: em 5 de junho, com mais de 35 mil mortos, o ex-presidente resolve não mais divulgar, como se tentasse esconder os números de mortos para resolver a questão: “É para pegar dados mais consolidados”. Mas os infectados e as mortes crescem. Há uma crise pandêmica em que se evidencia muito medo e o ex-presidente quer “evitar subnotificações e inconsistências”, o que o leva a dizer: “Vamos esconder os números de mortos” (Batista, 2020), quando se constatou a morte de 35 mil brasileiros por Covid-19. Em 15 de junho, Bolsonaro contesta as 43.959 mortes, ao dizer que o número de mortes “não condiz com a realidade. Muita gente falece de várias comorbidades e, entre elas, o Covid”, como se não houvesse tantas vítimas do vírus. E continua numa postura negacionista, defendendo cloroquina e preocupado com a economia, falando em “desemprego, sem renda, recessão” (Chaib; Carvalho, 2020).
- A raiva da pandemia acabou virando um lamento raivoso em 28 de abril, com 5.083 mortes: “E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê? Eu sou Messias, mas não faço milagre” (Chaib; Carvalho, 2020). Parece estar consciente de sua inabilidade para enfrentar a pandemia e, ao mesmo tempo, com muita raiva de que a “gripezinha” venha matando. Justifica que não pode fazer milagres, sendo Messias só de nome e sentindo raiva.
- Aceitação das mortes: em 3 de maio, com 7.025 mortos e 101.147 infectados, finalmente admite: “Muitos perderão a vida, é uma realidade”. Em 7 de maio, diante de 9.146 mortos e 135.106 infectados, o ex-presidente consola: há “um bem muito maior que a própria vida, que é nossa liberdade”. Em 2 de junho, diante de 31.199 mortos e 555.383 infectados:

“Eu lamento todos os mortos, mas é o destino de todo mundo”. Em 6 de agosto: “A gente lamenta todas as mortes, vamos chegar a 100 mil, mas vamos tocar a vida e se safar desse problema” (Carvalho, 2020, p. A6).

A interação do ex-presidente parece contribuir para aumentar o medo de cada vez mais pessoas serem infectadas/mortas, além de causar tristeza, sentimento de culpa e aflição diante da realidade de mais de 142 mil mortos e 4.748.327 casos confirmados com o vírus em 28 de setembro, evidenciando-se descaso do governo federal. Uma das possíveis razões é apresentada pelo *site* de verificação de *fake news* Aos fatos: “o ex-presidente proferiu mais falas falsas ou distorcidas ao dar declarações espontâneas durante entrevistas e transmissões ao vivo nas redes sociais”, ou seja, exatamente em sua comunicação interativa há “60,6% das declarações consideradas falsas ou distorcidas” (Ribeiro; Cunha, 2020).

O ex-presidente parece contraditório: aceita que os brasileiros morram, o que “é o destino de todo mundo”, embora ele queira “se safar”. Parece mais a aceitação da morte alheia. E com relação à sua própria morte e à de sua família? Trata-se de algo que não cogita, sugerindo que, na aparente aceitação das mortes alheias, esteja implícita uma contraditória negação do vírus. E, mesmo ao “aceitar” as mortes em decorrência do vírus, continua se justificando que todos morrem e que temos um “bem maior que a vida, a nossa liberdade”. A liberdade de morrer em decorrência da pandemia? E deixa claro seu propósito: “tocar a vida e se safar desse problema” (Carvalho, 2020, p. A6). Diante disso, será que a interação do ex-presidente não contribuiu para os que podem se infectar/morrer?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fato de o processo de interação comunicativa de quem ocupa a Presidência brasileira estar registrado jornalisticamente e disponível *on-line* na *web* permitiu-nos analisar discursivamente como o ex-presidente brasileiro se comporta diante de uma ameaça pandêmica global que causou mortes em massa e ocasionou uma ruptura na representação social da realidade, ao banalizar as mortes, o que pode ser relacionado:

1. à sua incapacidade de interagir adequadamente para fazer frente à ameaça pandêmica, o que fica evidente ao avaliarmos as competências interativas de comunicação do ex-presidente;
2. à desmobilização do Ministério da Saúde com a demissão de dirigentes com *expertise* na área de saúde e técnicos capazes, substituídos por militares leigos;
3. à sua incapacidade de interagir com prefeitos, governadores e demais instituições, poderes e grupos representativos de forma a unir o país e fazer frente aos desafios da Covid-19;
4. à comunicação interativa inadequada diante da pandemia, do que se evidenciou uma contrariedade entre a comunicação oficial (Lei nº 13.979) e a interação negacionista do ex-presidente, sugerindo descaso para lidar adequadamente com o acontecimento Covid-19, apoiar a ação (lei) adotada na pandemia e articular-se com estados, prefeituras e demais entes do Estado.

Chega-se, assim, às seguintes constatações finais: 1. a inabilidade interativa do ex-presidente sugere sua inadequação para enfrentar a pandemia; 2. a postura do ex-presidente brasileiro foi equivocada – como se destacou no estudo –, o que pressupõe que, se adotasse uma interação adequada, poderia mobilizar forças para enfrentar, de forma conjunta, com interações voltadas à conciliação e à busca de soluções, e, assim, melhor enfrentar a pandemia, que é o que o ex-presidente não conseguiu, o que se refletiu no número de mortos e infectados.

Finalmente, ao não apoiar a ação do Estado (lei), afirmar que “lamenta todas as mortes” e, ao mesmo tempo, propor: “tocar a vida e se safar desse problema” (Carvalho, 2020, p. A6), demonstra descaso com a pandemia, que provocou as mortes e levou milhões de brasileiros a contrair o vírus. Diante disso, poder-se-ia falar em ter o ex-presidente contribuído para a banalização da morte em decorrência da pandemia?

Inappropriate presidential interaction and the trivialization of death

Abstract

The battle against Covid-19 has so far killed more than 708,000 people and infected more than 38 million Brazilians, which leads us to examine and reflect

on the process of presidential interaction between former president Jair Bolsonaro and Brazilian citizens. The initial findings indicate complex aspects: the inability to assume adequate interaction stands out, evidencing a contradictory communication that suggests an inability to cope with the pandemic and, at the same time, a paradoxical disregard that may have contributed to the trivialization of death.

Keywords

Semiotics. Former president. Death.

REFERÊNCIAS

BATISTA, E. L. Veja quais são os dados sobre coronavírus que governo vem retirando de divulgações. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 6 jun. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/06/veja-quais-sao-os-dados-sobrecoronavirus-que-governo-vem-retirando-de-divulgacoes.shtml>. Acesso em: 29 set. 2020.

BOMBIG, A. Mais um exemplo do descaso com o Covid-19. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 3 out. 2020. Política, p. A4.

BRAGA, J. L. Comunicação, disciplina indiciária. *MATRIZES*, n. 2, p. 74-88, abr. 2008.

BRASIL. Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. *Diário Oficial da União*, Brasília, 7 fev. 2020.

CARVALHO, D. Relembre frases de Bolsonaro sobre a pandemia. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, p. A6, 19 set. 2020.

CASTANHO, L.; BALAGO, R. Mundo chega a 1.000.000 de mortos pelo coronavírus. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 28 set. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/09/mundo-chega-a-1000000-de-mortos-pelocoronavirus.shtml>. Acesso em: 29 set. 2020.

CHAIB, J.; CARVALHO, D. “E daí? Lamento, quer que eu faça o quê?”, diz Bolsonaro sobre recorde de mortos por coronavírus. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 30 abr. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/04/e-dai-lamento-quer-que-eu-faca-oque-diz-bolsonaro-sobre-recorde-de-mortos-por-coronavirus.shtml>. Acesso em: 29 set. 2020.

DUARTE, J. Instrumentos de comunicação pública. In: DUARTE, J. (org.). *Comunicação pública: estado, mercado, sociedade*. São Paulo: Atlas, 2007. p. 59-71.

- FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora UnB, 2001.
- FERNANDES, T. Bolsonaro contraria consenso científico e diz que isolamento foi inútil contra Covid-19. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 30 abr. 2020a. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/04/bolsonaro-contraria-consensocietifico-e-diz-que-isolamento-foi-inutil-contr-covid-19.shtml>. Acesso em: 29 set. 2020.
- FERNANDES, T. Bolsonaro volta a provocar aglomeração após país ultrapassar 6 mil mortos por coronavírus. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 2 maio 2020b. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/05/bolsonaro-volta-a-provocar-aglomera-cao-apospais-ultrapassar-6-mil-mortos-por-coronavirus.shtml>. Acesso em: 29 set. 2020.
- FIORIN, J. L. Operações discursivas do discurso da extrema-direita. *Discurso & Sociedade*, v. 13, n. 3, p. 370-382, 2019.
- GINZBURG, C. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, C. *Mitos, emblemas, sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 143-179.
- GREIMAS, A. J.; COURTÉS, J. *Dicionário de semiótica*. São Paulo: Cultrix, 1983.
- GREIMAS, A. J.; LANDOWSKI, E. *Análise do discurso em ciências sociais*. São Paulo: Global, 1986.
- LANDOWSKI, E. *Interações arriscadas*. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2014.
- MAGALHÃES, V. Quando a ciência grita. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 4 out. 2020. Política, p. A6.
- MATOS, H. Comunicação pública: democracia e cidadania: o caso do legislativo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO INTERCOM, 22., 1999, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Intercom, 1999. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/783e6552ae7775c83c58acacbd0563e.PDF>. Acesso em: 29 set. 2020.
- MATOS, H. Comunicação pública, esfera pública e capital social. In: DUARTE, J. (org.). *Comunicação pública: estado, mercado, sociedade*. São Paulo: Atlas, 2007. p. 47-58.
- RIBEIRO, A.; CUNHA, A. R. Bolsonaro deu 653 declarações falsas ou distorcidas sobre Covid-19 em seis meses de pandemia. *Aos Fatos*, 11 set. 2020. Disponível em: <https://www.aosfatos.org/noticias/bolsonaro-deu-656-declaracoes-falsas-ou-distorcidas-sobre-covid-19-em-seis-meses-de-pandemia/>. Acesso em: 2 nov. 2020.
- UHRYS, R. *Estratégias de comunicação interativa*. Curitiba: Editora UFPR, 2010.
- URIBE, G.; CARVALHO, D. Centralizador, Bolsonaro acumula desgaste para frear ministros e até Mourão. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 28 set. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/09/centralizador-bolsonaro-acumula-desgaste-parafrear-ministros-e-ate-mourao.shtml>. Acesso em: 2 nov. 2020.

URIBE, G.; CHAIB, J.; COLETTA, R. D. “Não vai ser uma gripezinha que vai me derrubar”, diz Bolsonaro sobre coronavírus. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 20 mar. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/03/nao-vai-ser-uma-gripezinha-que-vai-mederrubar-diz-bolsonaro-sobre-coronavirus.shtml>. Acesso em: 29 set. 2020.

VAN DIJK, T. A. *News as discourse*. New York: Routledge, 2009. Edição do Kindle.

VAN DIJK, T. A. *Discurso e poder*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2020.

VARGAS, M. Negacionista desde o início, diz Mandetta sobre Bolsonaro. Terra. Disponível em: <https://www.terra.com.br/vida-e-estilo/saude/negacionista-desde-o-inicio-diz-mandettasobrebolsonaro,aaa3321b317e8233ec58e02a4930e266m054y0ix.html>. Acesso em: 18 ago. 2020.

YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZILBERBERG, C. *Elementos de semiótica tensiva*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2011.